



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de
21 N.º 2016

ATA N.º 05/2015

Ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Maria do Rosário Papafina Proença**, a presidir a **Assembleia Municipal**, **Miguel Moreira da Costa** como **Primeiro Secretário**, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como **Segundo Secretário**, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Granado**, **António José Cardoso Gomes**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Ricardo Catarino Serrano dos Reis**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 23 de setembro de 2015, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a **Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António**.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **José Carlos Costa Barros** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes** e de **Manuel da Conceição António** substituído por **Ricardo Catarino Serrano dos Reis**. -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA - Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia. -----

Interveio **António Filipe Parra Martins** que sugeriu a antecipação do período de intervenção

do público para o início da sessão justificando que esta alteração facilitaria a participação dos munícipes presentes favorecendo a intervenção democrática neste órgão. -----

A **Presidente da Mesa** explicou que este ponto sempre foi no final da reunião e que assim as pessoas têm oportunidade de estarem presentes a ouvir tudo o que se diz na reunião para posteriormente colocarem questões sobre os assuntos tratados. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes afirmou que o público não tem de pronunciar-se só sobre os assuntos tratados na reunião mas também sobre qualquer assunto que queiram expor. -----

A **Presidente da Mesa** interrompeu para dizer que não é com a insistência dos deputados que a situação é alterada, afirmou que o público tem todo o direito de se pronunciar sobre aquilo que é tratado na Assembleia e acrescentou: *“Se é para falar de outras coisas, não me parece que tenham de vir a esta Assembleia. Podem sempre pedir a quem de direito uma reunião para falar desses assuntos. Quero que falem depois de ouvir os assuntos desta Assembleia.”* -----

Rui João Gutierres Setúbal leu e entregou um requerimento à Mesa da Assembleia, documento que fica apenso a esta Ata. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes sugeriu que a definição do momento da intervenção do público fosse colocada a votação e acrescentou: *“ A intervenção do público, que tem assuntos que quer colocar, não tem necessariamente que ver com as questões que são aqui debatidas.”* Mencionou que o artigo 18 do Regimento refere que o período de intervenção do público é antes do período da Ordem do Dia. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que a convocatória refere que o período de intervenção do público é no final e que nessa altura o público terá oportunidade de colocar as suas questões. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes lembrou que a reunião de 29 de junho teve o período de intervenção do público no início. -----

A **Presidente da Mesa** explicou que no artigo 15 do Regimento está explícito que a Ordem do Dia é definida pela Mesa da Assembleia. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes retomou a sua intervenção para dizer que tem verificado a existência de cartazes que informam do pagamento dos livros aos alunos do 1.º ciclo do concelho e afirmou congratular-se com essa medida. Sugeriu que se devia alargar esta medida aos alunos do 2º ciclo fornecendo os livros gratuitamente só a quem tivesse necessidade. Referiu uma questão que disse já ter exposto a esta Assembleia - que uma das rampas de acesso à praia de Monte Gordo, na zona do Coelho, não se encontra em

condições devido ao facto de ter apenas escada, o que dificulta o acesso das pessoas com mobilidade reduzida. Disse ainda que na Praia da Manta Rota, o acesso nas passadeiras é por vezes complicado, na medida em que existem várias bicicletas estacionadas no local e referiu ter observado que é possível lá colocar estruturas para estacionamento desses veículos. Fez referência ainda ao facto do site da autarquia ter sido alterado, que não existe acesso direto à Assembleia e que o ideal seria que a Assembleia Municipal tivesse uma página própria. Sugeriu ainda a criação de um mail da Assembleia para as várias bancadas com vista a facilitar o contacto com os cidadãos. A terminar, perguntou se os parquímetros começarão a funcionar após as próximas eleições. -----

José Manuel Modesto Dourado mencionou o estacionamento pago e afirmou ser esse o principal motivo para haver tanto público presente nesta Assembleia, frisando que o Bloco de Esquerda apoia a intervenção do público no início da sessão. Perguntou para quando está previsto o início da cobrança de estacionamento e acrescentou: *“A maioria PSD demonstra uma nula sensibilidade democrática e isso fica claro com o tipo de escolhas que faz, de que lado se posiciona e definitivamente não é do lado das pessoas, dos munícipes e da população porque apesar das massivas manifestações populares contra esta medida do estacionamento pago, o executivo PSD leva a medida adiante. Para o Bloco de Esquerda isto é claramente antidemocrático.”* De seguida, solicitou esclarecimentos sobre o atraso deste mês no pagamento dos apoios sociais aos arrendamentos às cerca de oitenta famílias beneficiárias, referiu que tendo em conta que a autarquia já foi premiada pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas não deveria ter estes atrasos sistemáticos e perguntou se este é o exemplo de uma autarquia familiarmente responsável. Disse ainda que é do conhecimento público a aquisição recente de um Mercedes para ser usado pelos administradores da SGU e que esta aquisição, neste momento de crise, é desadequada. Falou dos custos dos outdoors colocados nas rotundas entre Vila Real de Santo António e Vila Nova de Cacela e perguntou: *“Se há dinheiro para umas coisas e não há para outras, que critérios norteiam este executivo?”*. Considerou que o recurso ao FAM, no valor de catorze milhões de euros é grave, que esta medida aliada ao PAEL obriga os munícipes a pagarem taxas exorbitantes durante vinte anos e que as medidas impostas por estes recursos são inoportáveis, nomeadamente a cobrança de novas taxas nos valores máximos, a concessão a privados da gestão de espaços e serviços públicos, mais parcerias público-privadas, a obrigatoriedade de racionalizar despesas e alienação de património municipal. Terminou afirmando: *“O FAM é*

um ataque à autonomia do Poder Local. Isto é fruto das escolhas que o PSD tem tomado desde 2005 e da sua gestão ruinosa.” -----

António Filipe Parra Martins reafirmou que a experiência mostra que a intervenção do público no início da sessão leva a uma maior participação do mesmo. Disse estar a verificar que a Assembleia Municipal tem mais uma vez bastante público e que na última reunião o Presidente da Assembleia comprometeu-se a criar as condições para acolher o público condignamente, o que não veio a verificar-se e afirmou que mais uma vez está demonstrado que se está a dificultar a participação dos vila-realenses na Assembleia. Propôs o Centro Cultural como alternativa à realização das sessões da Assembleia. -----

A **Presidente da Mesa** interrompeu para informar que na sala existem ainda lugares sentados disponíveis. -----

António Filipe Parra Martins perguntou ao executivo qual é o objetivo do Clube Desportivo Beira-Mar, nomeadamente do campo de futebol que foi alienado pela Câmara Municipal, e considerou que o espaço deverá estar ao serviço da população e da prática desportiva. Afirmou que já há vários meses que a bancada da CDU alerta para as consequências do FAM e que apesar do Presidente da Câmara ter desvalorizado esta questão, este não é mais um empréstimo. Falou das consequências assumidas com esta medida e salientou a taxa a cobrar aos clubes e associações para utilização do Complexo Desportivo, a fixação dos preços máximos a cobrar pela recolha do lixo e limpeza urbana, a redução no pagamento do trabalho extraordinário e ajudas de custo aos funcionários autárquicos despedimentos e redução do pessoal entre outros. Referiu a aquisição da SGU de uma nova viatura e afirmou não existirem mudanças na gestão e na prática da contratação de serviços. Relativamente aos parquímetros afirmou que ninguém assume a data de início de funcionamento dos mesmos o que prova que a população conseguiu fazer frente a esta injustiça e que esta medida é inadequada e só serve os objetivos economicistas e de cobrar mais taxas e impostos a quem circula no concelho. A terminar disse: *“Ainda é tempo do executivo repensar esta medida. A população não pode desistir. A democracia faz-se também da participação.” -----*

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança dirigindo-se a **José Dourado** disse que se alguém, nesta Assembleia, contar o tempo em que falam as bancadas da oposição e a bancada do executivo, aperceber-se-á da disparidade e afirmou que isto sim é défice democrático porque o PSD nunca controlou tempos nem cortou a palavra a ninguém. Acrescentou: *“O José Dourado é de uma bancada de uma só pessoa e fala mais do que a*

nossa que tem 14 elementos, por isso não pode falar de défice democrático. Quem decide quem está na Assembleia, nos executivos ou no Governo é o povo quando é chamado a votar. A democracia e o 25 de Abril fizeram-se para dar voz ao povo e para trazer o poder local democrático. No Domingo vamos já ter um grande abaixo-assinado quando o povo for às urnas e todos vamos ter de aceitar o veredito popular.” -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse a **Luis Fernandes** que as suas sugestões são bem-vindas e que serão tidas em conta. Lembrou que, relativamente à passadeira danificada, há uma praia mesmo ao lado, onde está a praia acessível, para que as pessoas com problemas de mobilidade possam chegar à praia sem dificuldades. Quanto à sugestão sobre os livros escolares, informou que a Câmara Municipal só tem competências no 1.º ciclo e no pré-escolar pelo que quem pode subsidiar os outros ciclos é o Ministério da Educação e frisou: *“Nem todas as pessoas levantaram os valores correspondentes às despesas dos livros. Como a autarquia não tem transferência de competências no 2.º e 3.º ciclo, facilitamos as famílias dos alunos do 1.º ciclo.”* Informou que as instalações do Beira-Mar foram licitadas pela SGU, que a escritura ainda não foi feita e que o espaço, depois de alguns arranjos, vai ser utilizado pela população no âmbito do desporto e vai funcionar como um complemento ao Complexo Desportivo e a outras infraestruturas desportivas. Quanto ao apoio ao arrendamento transmitiu que são cerca de 180, as famílias que usufruem desta medida e afirmou que pode haver alguns meses em que o pagamento é um pouco mais demorado mas que os apoios chegam sempre às famílias beneficiárias, sendo que estes auxílios são de três anos e em casos excecionais de quatro anos e que a autarquia continuará a empenhar-se em continuar a manter estas medidas sociais. Relativamente aos parquímetros indicou que o Regulamento deve entrar em vigor no 1.º dia útil após a sua publicação em DR mas que ainda não estão reunidas as condições técnicas por parte da empresa ESSE para avançar com o estacionamento tarifado e que assim que estiverem reunidas todas as condições os munícipes serão informados.-----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; onde se deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente das Deliberações da Assembleia Municipal de Faro relativas às Moções “Apoio aos Refugiados” e “Suspensão de assistência às grávidas nos meses de Agosto e Setembro no Hospital de Faro”; do Ofício do Município de VRSA a dar conhecimento de Topónimos e de Numeração Policial nas freguesias de VRSA e Monte Gordo; Mail do Grupo

Parlamentar do Partido Comunista Português questionando o Governo sobre a Suspensão de assistência às grávidas nos meses de Agosto e Setembro no Hospital de Faro; Petições de dois municípios “Por um IMI mais justo para as famílias numerosas”; Ofício da Municipalidade – Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, que terá lugar de 13 a 16 de outubro em Lleida- Espanha; Parecer jurídico da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos da Câmara Municipal sobre a Proposta de Referendo Municipal - Introdução de Parquímetros na Via Pública, remetida a esta Assembleia Municipal pelo deputado Luis Fernandes; e, dois processos remetidos pela Câmara Municipal para conhecimento desta Assembleia nomeadamente **CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS E DADOS PARA O MUNICÍPIO DE VRSA E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, S.A. e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA 2015 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.** -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

Por sugestão de **António Manuel Cipriano Cabrita** e com a concordância dos restantes membros da Assembleia Municipal, os pontos 2 e 3 foram discutidos e votados em conjunto.-----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO (CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL); proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião ordinária de câmara de 1 de Setembro, com a abstenção do **Vereador José Cruz** e,-----

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO CELEBRADO NO ÂMBITO DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO SOTAVENTO ALGARVIO, CRL; proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião extraordinária de câmara de 23 de setembro com a abstenção do **Vereador José Cruz**, interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** para dizer que existe preocupação do executivo em resolver as questões económicas e melhorar o quadro financeiro e por isso o recurso aos mecanismos que permitem resolver o assunto. Exemplificou referindo o recurso ao PAEL e ao FAM e afirmou que os dois assuntos que estão a ser votados permitem reduzir em 2,5% as taxas de juro dos empréstimos. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou se a autarquia tem o valor exato dos juros que vai pagar anualmente pelos empréstimos do PAEL depois destas reduções e qual o valor anual dos juros do FAM. -----

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse que a autarquia paga três milhões e meio de juros sobre a dívida e que esta situação do PAEL, do FAM e do Plano de Ajustamento Municipal que ainda não veio à Assembleia Municipal é consequência da gestão destes dez anos do PSD que puseram a Câmara Municipal com 135 milhões de dívida e mais 5 milhões que estão em tribunal. Acrescentou ainda que o Plano de Ajustamento apresenta uma estimativa de redução de despesa a partir de 2017 e todos os anos a autarquia tem apresentado défice. Sugeriu uma redução imediata da despesa. -----

José Manuel Modesto Dourado disse estranhar que o partido que a nível nacional se recusa a renegociar e a reestruturar a dívida seja o mesmo PSD, que a nível local aceita negociar a mesma. Acrescentou: *"O Presidente Luis Gomes, há tempos, disse que a linha política do PSD local e distrital não é exatamente a mesma do PSD nacional. Alguém acredita que isso é mesmo assim? O Governo tem feito cortes cegos em várias áreas, está a entregar a privados vários setores estratégicos do país, está a vender o país a retalho. Isto não é o que está a suceder no nosso concelho? O endividamento do nosso concelho faz lembrar o endividamento do país."* -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança dirigiu-se a **José Dourado** e disse querer lembrá-lo que quem decide é o povo português nas urnas porque é decorrente do poder democrático e que o 25 de abril foi feito para que as pessoas votem livremente pois do veredito do povo é que sai aquilo que o povo quiser e todos, vencedores, vencidos e abstencionistas vamos ter de aceitar o que o povo quiser. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** pediu a **Vanda Fernandes** para colocar as suas questões por escrito já que se trata de questões técnicas que a autarquia irá responder por escrito e frisou que a redução destas taxas de juro equivale a um montante bastante significativo. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou as propostas a votação tendo as mesmas sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros da **CDU** e do **BE**. -----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião extraordinária de câmara de 23 de setembro com as abstenções dos **Vereadores David Murta e Célia Paz** e o voto contra do **Vereador José Cruz**. -----

Ricardo José Madeira Cipriano afirmou que o PS se congratula com a criação desta proposta porque a mesma se enquadra naquilo que foi a proposta eleitoral do PS para esta zona, sem propostas megalómanas e que eram feitas de forma faseada e em função daquilo que é o tecido económico e a requalificação que a frente ribeirinha da cidade merece. Mencionou ainda que nessa perspetiva existe um Plano de Pormenor que abrande toda essa zona e perguntou qual é o enquadramento desta ARU no Plano de Pormenor porque o mesmo custou muito dinheiro ao erário público. Sugeriu que todos os pontos de importante análise deveriam estar referidos nesta proposta e afirmou que esta é mais uma medida que aparece sem que o PDM seja revisto e acrescentou: *“O executivo do PSD já em 2001 tinha no seu programa eleitoral a revisão do PDM como fator de competitividade e de crescimento económico e em 2005 tinha como grande bandeira eleitoral a revisão do PDM. Até ao final deste mandato haverá PDM ou não? A questão é que a esta assembleia têm vindo vários documentos como este e há 10 anos que aguardamos a revisão do PDM que já está fora de prazo. O FAM e o PAEL impõem-nos limitações e isso preocupa o PS. O anterior executivo, em 2005, nas contas de gerência, deixou um passivo de 7,7 milhões de euros e estas contas estão auditadas. Este instrumento, que é vantajoso, refere no ponto 7 os benefícios fiscais mas não podemos utilizá-los por causa do FAM e do PAEL. Onde está a exceção relativamente a esta situação porque o PAEL é claro relativamente às taxas. Mais uma vez acabamos por entregar a gestão à SGU. É mais uma das competências que se tiram áquilo que é o controlo da parte política e dos autarcas, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal”*. -----

José Manuel Modesto Dourado frisou que o Bloco de Esquerda considera que a frente ribeirinha deve ser recuperada e valorizada e que, defende a reabilitação urbana como forma de dinamizar o mercado de arrendamento e de criar emprego, combater a dívida externa, entre outros, mas que esta proposta não aposta nesse sentido. Acrescentou: *“Há falta de dados e não se vislumbra qual a estratégia a longo prazo. Este é um documento demasiado importante para ser votado assim e merece uma reflexão mais aprofundada. As isenções fiscais entram em contradição com o PAEL e com o FAM. O Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta. O executivo defende a gestão pública entregando-a aos privados e com o PAEL e o FAM não sei onde esta proposta vai encaixar e em que moldes vai ser gerida”*. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou com que dinheiro irá ser feita esta requalificação e afirmou que certamente deve ser feita com os fundos comunitários que também têm de ser pagos à União Europeia. Disse ainda que a CDU vai votar contra. -----

António Manuel Cipriano Cabrita frisou que a SGU ainda é detida a 100% pela Câmara Municipal de VRSA e que o PDM é uma forma e uma maneira de trabalho, uma metodologia que começa a ser diferente dos anos transatos e que muitos municípios não têm os PDM revistos. Informou que participou, há cerca de 5 anos, numa reunião com as entidades do PDM, em representação da Assembleia Municipal e que, são cerca de cinquenta as entidades a darem parecer sobre este plano o que provoca atrasos no desenvolvimento do mesmo. Informou ainda que é uma opção extraordinária avançar com esta proposta tendo em conta a necessidade de se efetuar uma candidatura aos fundos comunitários que estão agora disponíveis e afirmou: *“Se é reconhecido que a requalificação pode vir a criar postos de trabalho, não percebo o porquê das pessoas terem este medo da iniciativa privada. Se tem havido dificuldades em fazer a revisão do PDM, há que encontrar alternativas expeditas para avançar. Mau é perdermos a oportunidade de nos candidatarmos aos fundos comunitários”*.

Ricardo José Madeira Cipriano voltou a intervir para dizer que já esteve presente em três alterações e que conhece todas as entidades a que o mesmo está sujeito. Referiu que ao longo deste processo houve várias alterações estratégicas de executivo e que é necessário alguém assumir isso porque não foram as entidades que bloquearam este processo. Dirigindo-se a **António Cabrita** disse: *“Depreendo da sua intervenção que até ao final do mandato desse executivo, não haverá PDM. Se a estratégia é continuar a apresentar planos avulsos, sofreremos de uma diversidade de consequências, como é o caso da Câmara de Lagos. É preciso definir o que se pretende fazer e esclarecer as pessoas”*. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse a **Ricardo Cipriano** que o que se está a delimitar neste processo é a área de reabilitação urbana até porque, para as pessoas que nos visitam, o cenário da entrada de VRSA não é o mais apelativo e afirmou: *“Isto é inquestionável para todos. Esta ARU não vai alterar zonas, áreas ou terrenos, apenas vai delimitar a zona. Posteriormente é que se irão tratar de todos os pressupostos que estão em causa para esta área ser reabilitada. Tal como disse a Eng^a. Vanda Fernandes, é importante delimitar esta área e avançarmos com esta situação e com este processo para que possamos concorrer a fundos comunitários. Tanto que o Bloco de Esquerda e a CDU reclamam de nós temos emprego precário, mas esta medida é importante, é uma estratégia do executivo para gerar postos de trabalho”*. Relativamente às taxas, disse que há efetivamente reduções das mesmas obedecendo à Lei Geral e que nada têm a ver com aquelas impostas localmente pelo PAEL. Quanto ao PDM referiu ser normal que com tantas entidades que se têm pronunciado sobre esta questão, o mesmo esteja atrasado e que o Presidente da Câmara

Municipal se comprometeu em reunião daquele órgão, fazer os possíveis para chegar ao final do mandato com o PDM revisto. Informou ainda que a legislação sofreu alterações recentes, o que vem trazer novos pressupostos e vai fazer arrastar a situação. Disse pensar que quem vota contra esta situação é porque não quer o progresso em VRSA e informou que se houver necessidade de mais algum esclarecimento técnico, os presentes poderão solicitá-lo ao Eng.º. Renato Figueira que se encontra na sala e que é o responsável pela elaboração do documento.-----

Colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do **BE** e da **CDU** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**. -----

As bancadas da **CDU** e do **BE** leram e entregaram Declarações de Voto, documentos que ficam apensos a esta Ata. -----

5. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.-----

António Manuel Cipriano Cabrita congratulou-se com o facto do relatório, cujo prazo de entrega é habitualmente criticado pela oposição, ter, desta vez, sido entregue com bastante tempo de antecedência e afirmou estar bastante expectante com os comentários sobre o mesmo. Disse ter sido informado, nos vários serviços da autarquia, que este relatório dá bastante trabalho a fazer.-----

Rui João Gutierrez Setúbal sublinhou que independentemente do timing em que o relatório foi entregue, é inegável que o mesmo continua a não trazer aquilo que tem de trazer por força do regimento e acrescentou: *“Se o relatório não deve trazer aquilo que o regimento diz, então rasgue-se o regimento. Aquilo que se manifesta desde a primeira hora nesta Assembleia é que o regimento, relativamente a este ponto, é sucessivo e constantemente rasgado pelos órgãos de Gestão. O objetivo do desvio de atividades, que são próprias da autarquia para entidades extremas, são de fugir ao controlo democrático desta Assembleia. Também este relatório, depois de espremido, o conteúdo é zero. Têm de ser desenvolvidos sete pontos sobre a atividade camarária e sobre esses pontos não existe nenhuma informação”*. Afirmou que o relatório é trazido à Assembleia para cumprir um mero formalismo e que o seu conteúdo é incumprido sistematicamente pelo Presidente da Câmara Municipal. Informou querer deixar lavrado o seu protesto contra este facto. -----

António Manuel Cipriano Cabrita referiu que **Rui Setúbal** parece nunca ter visto relatórios noutros mandatos e com outros Presidentes e acrescentou: *“O que é grave é que com a sua intervenção faltou ao respeito aos Chefes de Serviço do Município de VRSA, funcionários*

extremamente competentes e que têm trabalhado não só com este executivo, mas com outros". -----

Rui João Gutierrez Setúbal opinou: *"Quando se chama falta de respeito a expressar uma opinião livre e democrática estamos todos implicados. Quanto ao resto, quero deixar bem claro que o que referi nada tem a ver com os funcionários desta Câmara Municipal. Eles limitam-se a cumprir as ordens que recebem. O que estou a pôr em causa não é a informação que está aqui mas a informação que falta, esta é a crítica que faço. O relatório que estamos a apreciar não é o relatório feito pelas chefias da Câmara Municipal, é o relatório que o Presidente da Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia. Estou aqui manifestando uma posição política de acordo com o que está estipulado no Regimento da Assembleia. Os funcionários públicos, como todas as outras pessoas que estão aqui presentes, quer no público, quer nesta Assembleia, merecem o meu respeito pessoal e desta bancada".* -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado do PS que, de acordo com a sua intervenção, deverá colocar por pontos quais as questões que estão em falta ao que **Rui Setúbal** respondeu que enviaria um mail com essa informação à Assembleia Municipal. -----

Com a devida autorização da **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra o **Vereador João Rodrigues** que manifestou a sua indignação pessoal por o deputado **Rui Setúbal** ter referido que o conteúdo do relatório é zero, disse que este documento é feito integralmente pelos Chefes de Divisão do Município que trabalham incansavelmente para que o relatório esteja devidamente pronto para apresentar à Assembleia e afirmou: *"O Sr. Rui Setúbal parece estar nervoso e às vezes quer dizer muita coisa, não diz aquilo que quer ou deve dizer, e diz aquilo que não deve".* -----

Rui João Gutierrez Setúbal pediu a palavra para afirmar que não está nervoso, reafirmou que toda a sua intervenção não fugiu daquilo que pretendia dizer e acrescentou: *"O que disse foi que o relatório é zero em termos políticos e isso é inegável".* -----

Passou-se ao período de intervenção do público e inscreveram-se **Alfredo Graça, Manuel Constantino, Edgar Munhoz, José Justo e Amândio Viegas.** -----

Alfredo Graça disse verificar que existe uma grande preocupação por parte dos elementos do PSD relativamente às maiorias e minorias e afirmou que as minorias são importantes e fazem falta. Relativamente aos parquímetros disse ter ouvido na Assembleia anterior, um membro da bancada do PSD dizer: *"Temos a maioria, o povo votou em nós, podemos fazer o que quisermos"* e afirmou: *"Se na campanha eleitoral tivessem dito que iam pôr*

parquímetros, se calhar não tinham a maioria e não eram câmara. É bom que alguns elementos do PSD saibam respeitar as minorias.” -----

Manuel Constantino disse ter apreciado noutras assembleias que o discurso do deputado **Carlos Lança** é sempre igual e afirmou: *“O facto de o povo votar e eleger estas pessoas não lhes dá o direito de virem, mais tarde, fazer aquilo que querem. O discurso deste deputado mostra falta de argumentação”*. Dirigiu-se a **António Cabrita** e disse-lhe que ele, na sua intervenção, referiu o dinheiro gasto pela autarquia e opinou: *“Se eu fosse Câmara fazia igual, não é você que paga, é o Zé Povinho”*. Referiu os impostos pagos na água e disse que o povo paga de muitas formas. -----

Edgar Munhoz perguntou pela resposta relativamente à petição sobre a abolição dos parquímetros que entregou na última reunião da Assembleia Municipal. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que a resposta será dada assim que possível e que a petição se encontra para parecer jurídico. -----

José Justo frisou que o deputado **Carlos Lança** e que a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deram exemplos sobre a democracia quando falaram sobre a ida às urnas e que não concorda com esta afirmação. Opinou que o povo está presente na Assembleia Municipal porque quer ser esclarecido e quer respostas relativamente aos parquímetros, ao abaixo-assinado e a tudo o que diz respeito a essa mesma situação. Disse ser necessário que os políticos justifiquem os seus salários, que gostaria de deixar de pensar em gestão danosa, que a população discorda de muita coisa que está a acontecer e que justificar os salários é fazer o melhor para os munícipes. -----

Amândio Viegas solicitou informação sobre o porquê de em Vila Real de Santo António haver taxas de IMI e de IRS mais altas do que por exemplo em Oeiras e afirmou que na imprensa constata que existem várias autarquias a descer as taxas e que VRSA aplica as taxas mais altas. -----

No que concerne a esta matéria, a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que as taxas estão estabelecidas de acordo com o que é exigido pelo PAEL. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** submeteu a minuta da Ata desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----
Nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Mesa** encerrou os trabalhos, pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

A Presidente da Mesa
da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,



(Maria do Rosário Papafina Proença)





(Miguel Moreira da Costa)



mult
[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reabilitação Urbana da Área Ribeirinha de Vila Real de Santo António

A CDU considera que não se deve fazer a reabilitação urbana da área ribeirinha de Vila Real de Santo António, nem definir as orientações sobre a mesma, sem ter em conta as considerações inerentes à promoção de uma estratégia de desenvolvimento ligada a opções mais gerais e que é importante que sejam consideradas, em sede de Plano Diretor Municipal.

O Plano Diretor Municipal deveria ter sido revisto no final do seu prazo de vigência, para se fazer a partir daí uma discussão global das necessidades de alterações necessárias para o adaptar às novas realidades criadas a partir da evolução social e tecnológica e, até mesmo, das eventuais lacunas que um documento desta natureza sofre, de forma a que este possa orientar e ordenar a maneira como a cidade, as vilas, os locais e os sítios do concelho se devem desenvolver.

Não foi esta a opção tomada pela maioria PSD. Assistem-nos razões que se prendem com a forma como o PSD tem exercido o seu mandato, privilegiando o planeamento por medida em substituição da revisão do PDM, com uma lógica e formas de gestão com as quais a CDU não está de acordo:

-É a forma de gestão, os compromissos assumidos, as propostas de concessão, as hipotecas, a submissão ao PAEL e ao FAM que apontam no sentido de uma requalificação ao serviço de interesses privados, ao invés do interesse público dos vila-realenses, como nos indica ainda a escolha da Sociedade de Gestão Urbana como entidade gestora da área de reabilitação, que não é mais do que um instrumento de passagem desta gestão para os interesses privados e retirando qualquer controlo dos olhos dos eleitos.

-É ainda o não esclarecimento de como se conforma uma relação da entidade que é concessionária do Estado, a DOCAPESCA, na área ribeirinha com essa mesma entidade gestora proposta pelo PSD, a SGU, tendo como base de execução um protocolo não pode beneficiar os interesses dos vila-realenses, quando o mesmo está elaborado na predominância da intervenção e interesses da DOCAPESCA.

É também hábito do PSD apresentar estratégias de desenvolvimento para a área ribeirinha em períodos eleitorais, para depois ficarem a marinar no esquecimento

Estas são as razões do nosso voto contra. Não contra a necessidade de repensar a relação da cidade com o rio, mas sim contra a forma como o PSD a repensa.

Vila Real de Santo António, 30 de Setembro de 2015

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

[Handwritten signatures of the CDU representatives in the Municipal Assembly of Vila Real de Santo António]



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

multa
49

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana da frente ribeirinha de Vila Real de Santo António.

O Bloco de Esquerda reconhece a necessidade de recuperação e de valorização da frente ribeirinha de Vila Real de Santo António. Defende igualmente a aplicação de políticas de reabilitação urbana. Contudo, a proposta apresentada pela maioria PSD vai por um caminho muito diferente no que concerne à gestão pública do espaço que se pretende reabilitar. A tendência cada vez mais acentuada para a entrega da gestão a privados dos espaços e dos serviços públicos, da venda de património municipal, além das imposições do PAEL e do FAM, indicam que esta proposta segue por uma via incorreta no que se refere à gestão pública da área que se pretende reabilitar.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 30 de Setembro de 2015

(José Dourado)

